



CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2016

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

Resumo do Texto-Base

INTRODUÇÃO

A alegria pela IV Campanha da Fraternidade Ecumênica - CFE

As Igrejas que integram o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) assumem como missão expressar em gestos e ações o mandato evangélico da unidade. O testemunho ecumênico coloca-se na contramão de todo tipo de competição e de proselitismo, manifestando que o diálogo e o testemunho conjunto são possíveis. É um apelo para que todos colaborem com a promoção da convivência, da justiça, da paz e do cuidado com a criação.

A caminhada do CONIC tem mais de três décadas, e já foram realizadas três Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (2000: “Dignidade humana e paz”; 2005: “Solidariedade e paz”; e 2010: “Economia e vida”), motivadas pela compreensão de que no centro da vivência ecumênica, está a fé em Jesus Cristo. O movimento ecumênico está marcado pela ação e pelo desafio de construir uma Casa Comum (Oikoumene) justa, sustentável e habitável para todos os seres vivos. Essa luta é profética, pois questiona as estruturas que causam e legitimam vários tipos de exclusão.

O objetivo principal da Campanha deste ano é assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenharmo-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa casa comum. No tema e no lema, duas dimensões básicas para a subsistência da vida são abarcadas: o cuidado com a criação e a luta pela justiça. Nesta Campanha queremos instaurar processos de diálogo que contribuam para a reflexão crítica dos modelos de desenvolvimento que têm orientado a política e economia. A reflexão será feita a partir de um problema específico que afeta o meio ambiente e a vida de todos os seres vivos: a fragilidade e, em alguns lugares, a ausência dos serviços de saneamento básico.

Perguntamos: como estão estruturadas as nossas cidades? Quem realmente tem acesso ao saneamento básico? Diante da crise hídrica de 2014, quem foi responsabilizado por isso? Por que os serviços de saneamento básico, considerados direito humano básico, estão em disputa?

Com a CFE, colocamo-nos em sintonia com o Conselho Mundial de Igrejas e o Papa Francisco, que têm chamado atenção para o fato de que o atual modelo de desenvolvimento está ameaçando a vida e o sustento de muitas pessoas, e também destrói a biodiversidade. Promover a justiça climática, assumir nossas responsabilidades pelo cuidado com a Casa Comum e denunciar os pecados que ameaçam a vida no planeta é a missão confiada por Deus a cada um e cada uma de nós.

Esta IV Campanha da Fraternidade Ecumênica será internacional porque a Misereor, organização dos bispos católicos alemães, integrou-se nesse mutirão.

Uma Campanha da Fraternidade Ecumênica que cruza fronteiras

Desde 1958, a Misereor realiza a Campanha da Quaresma, expressão concreta de comunhão e solidariedade, buscando fortalecer a voz dos povos do Sul. Acolher a Misereor significa assumir a responsabilidade comum pelo futuro da Terra. A parceria entre o CONIC e a Misereor é orientada pela concepção de que os grandes desafios do futuro, em especial aqueles relacionados aos direitos humanos e à justiça climática, não podem ser enfrentados e muito menos resolvidos por um país sozinho. O Brasil e a Alemanha são países econômica e culturalmente diferentes, mostrando que as responsabilidades são comuns, porém diferenciadas. Na Alemanha, a dimensão ecumênica será fortalecida pela prece Ecumênica para a Campanha da Quaresma.

O ano de 2015 foi de intenso debate sobre as mudanças climáticas, em preparação para a Conferência do Clima, promovida pela ONU, com espaços de reflexão e reivindicação por justiça ambiental. Duas ações expressam o compromisso das igrejas com a justiça climática: o chamado do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) à “Peregrinação por justiça e paz”, a qual destaca a necessidade de superação desse modelo de desenvolvimento baseado no consumo e na ganância; e a Encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si: sobre o cuidado da Casa Comum*, que clama pela proteção da casa comum e por um desenvolvimento sustentável e integral. A ONU reconhece o papel imprescindível das religiões para a promoção de mudança de valores.

E por que discutir sobre saneamento básico no Brasil?

O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos, o controle de meios transmissores de doenças e a drenagem de águas pluviais são medidas necessárias para que todas as pessoas possam ter saúde e vida dignas.

A combinação do acesso à água potável e ao esgoto sanitário é condição para se obter resultados satisfatórios também na luta para a erradicação da pobreza e da fome. Segundo relatório da UNICEF e da OMS, 2,4 bilhões de pessoas ficaram sem acesso ao saneamento melhorado no ano de 2015. O índice de Desenvolvimento do Saneamento no Brasil foi de 0,581, posição inferior aos países desenvolvidos, mesmo da América do Sul. Embora tenhamos uma lei que estabelece as diretrizes nacionais, o tema permanece um grande desafio. A responsabilidade pela casa comum é de to-

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

dos, governantes e população para, em todos os municípios, reclamar a elaboração de Planos de Saneamento Básico e exercer o controle social sobre sua execução.

Objetivo geral:

Assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenharmo-nos, á luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa Comum.

Objetivos específicos

1. Unir Igrejas, expressões religiosas e pessoas de boa vontade na promoção da justiça e do direito ao saneamento básico;
2. Estimular o conhecimento da realidade local;
3. Incentivar o consumo responsável dos dons da natureza, especialmente da água.
4. Apoiar e incentivar os municípios para que elaborem e executem o seu Plano de Saneamento Básico;
5. Acompanhar a elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
6. Desenvolver a consciência de que políticas públicas, na esfera do saneamento básico dependem do trabalho e esforço em conjunto.
7. Denunciar a privatização dos serviços de saneamento básico;
8. Desenvolver a compreensão da relação entre ecumenismo, fidelidade à proposta cristã e envolvimento com as necessidades humanas básicas.

PRIMEIRA PARTE (VER)

1. Ver a nossa Casa Comum

Vivemos um momento crucial para a continuidade da vida no planeta Terra. Nossas opções precisam ser orientadas por critérios coerentes com o propósito de mais justiça e de paz, visando a superação das desigualdades e das agressões. Devemos cuidar da Terra, sistema vivo e complexo que nos foi presenteado por Deus. Nossa fé cristã nos impulsiona a sair do comodismo e construir um mundo mais humano e justo.

2. Entendendo o Saneamento básico

O Saneamento básico inclui os serviços públicos de abastecimento de água, o manejo adequado dos esgotos sanitários, das águas pluviais, dos resíduos sólidos, o controle de reservatórios e dos agentes transmissores de doenças. São incorporadas não só questões de ordem sanitária, mas também de justiça social e ambiental. O conceito de saneamento passa a ser tratado em termos de saneamento básico e saneamento ambiental.

Saneamento básico significa o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações físicas, educacionais, legais e institucionais que garantam: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; articulação entre o saneamento básico e as políticas de desenvolvimento urbano e regional de habitação, de combate à pobreza, proteção ambiental, de promoção da saúde, e outras de interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

A implantação do saneamento básico torna-se essencial à vida humana e à proteção ambiental, sendo um direito social do cidadão e dever do Estado. A resolução n. 64/292, de 28/07/2010, da ONU, reconhece formalmente o direito à água e à disposição do esgoto sanitário como algo essencial para a concretização de todos os direitos humanos.

3. Saneamento básico e saúde

Milhares de pessoas no mundo se tornam mais suscetíveis a doenças como: diarreia, cólera, hepatite e febre tifóide, por conta de condições precárias de disposição do esgotamento sanitário, água e higiene. Uma criança morre no mundo a cada 2,5 minutos por não ter acesso à água potável, por falta de redes de esgotos e por falta de higiene. A insalubridade causa problemas de ordem psicológica e emocional, não apenas físicos.

4. Urgência do saneamento básico no Brasil

A difusão dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil apresentou alguns avanços nos últimos anos, mas ainda existem muitos problemas, principalmente relacionados às desigualdades regionais. Os dados do SNIS (Sistema Nacional de informações sobre Saneamento Básico – Base 2013) mostram que pouco mais de 82% da população brasileira têm acesso à água tratada, mais de 100 milhões de pessoas não possuem coleta de esgotos e apenas 39% destes esgotos são tratados.

Dados do IBGE, de 2013, mostram que 10,6% dos domicílios do país não são contemplados pelo serviço público de coleta de resíduos sólidos domiciliares. Em 2013 houve 340 mil internações e 2.135 pessoas morreram por infecções gastrointestinais.

As tarifas cobradas pelo Estado para tais serviços não segue uma proporção devidamente estabelecida, pesando

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

mais no bolso das populações mais pobres. Para a ONU, o ideal seria que essas cobranças não ultrapassassem 5% do orçamento familiar.

O governo federal pretende universalizar o saneamento básico no Brasil em 20 anos (2033), implicando investimento de R\$ 508,45 bilhões. Se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) incluísse os dados do saneamento básico, o Brasil despencaria para níveis semelhantes a países mais pobres do mundo.

O Saneamento básico e o direito à moradia saudável

No Brasil, moradias e condomínios de luxo nem sempre cumprem as regras de saneamento básico e proteção ambiental. Também há bairros populares, favelas e cortiços com deficiências na área de saneamento, além da população em situação de rua, exposta a todo tipo de precariedade.

A moradia adequada é reconhecida como um direito universal pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948. O acesso a moradia precisa também disponibilizar serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, como água, saneamento, gás, energia, transporte e limpeza.

Você sabia que, no mundo, um bilhão de pessoas fazem suas necessidades a céu aberto e mais de 4.000 crianças morrem por ano por falta de acesso à água potável e saneamento básico? E o Brasil está entre o 20 países do mundo nos quais as pessoas têm menos acesso aos banheiros?

Saneamento básico, cidades e resíduos

O Instituto Trata Brasil calculou que, em 2013, 26 capitais e o Distrito Federal lançaram 1.164 milhões de m³ de esgotos sem tratamento na natureza.

Existe uma diferenciação entre os bairros com relação à infraestrutura, e por isso os mais pobres gastam proporcionalmente mais com o transporte diário, têm mais problemas de saúde por conta da falta de saneamento, e são penalizados com escolas de baixa qualidade. Dos domicílios em bairros precários, 76% têm problemas de qualidade da construção e dos serviços básicos, como saneamento e iluminação. Também no meio rural existem locais com péssimas condições de moradia.

Com relação à geração de resíduos sólidos (lixo), o Brasil gera cerca de 150.000 toneladas diárias; cada indivíduo gera em média 1kg por dia; as 13 maiores cidades do país são responsáveis por 31,9% de todos os resíduos.

Algumas definições importantes: *lixão*: local para depósito de lixo bruto sem qualquer cuidado; *aterro controlado*: lixo bruto é coberto diariamente com uma camada de terra; *aterro sanitário*: destinação final dos resíduos, com adequada disposição no solo.

Segundo dados do IBGE de 2010, 50,8% dos resíduos sólidos foram levados para lixões, 21,5% para aterros controlados e 27,7% para aterros sanitários. Os aterros e lixões recebem resíduos sólidos de diferentes origens: domiciliares, dos serviços de saúde, das áreas industriais e da construção civil. Como 15% dos domicílios brasileiros não têm coleta de lixo, cerca de 20 mil toneladas diárias são lançadas nas ruas, nas galerias de águas pluviais ou em cursos d'água. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba não terão como receber mais resíduos em seus aterros.

Os resíduos orgânicos representam 69% do total descartado; são 14 milhões de toneladas de sobras de alimentos, as quais poderiam alimentar diariamente cerca de 19 milhões de pessoas. O depósito dos resíduos tem uma marca de exclusão, pois países da África, como Gana, recebem resíduos eletroeletrônicos gerados na América do Norte e na Europa.

O lixo atômico, formado por rejeitos da fissão nuclear, tem alta radioatividade e por isso deve ser blindado e depositado em regiões distantes e não povoadas. Porém, há casos de resíduos descartados de maneira inadequada.

A falta de drenagem e manejo de águas pluviais e as construções residenciais em áreas de risco expõe milhões de pessoas a riscos das enchentes e deslizamentos.

Entre as várias razões para a existência dos problemas com o saneamento básico, a maior é que os administradores públicos preferem investir em obras de maior visibilidade, como viadutos, túneis, praças, que em saneamento básico. Estas ficam escondidas e não à vista dos eleitores. Também há obras que não são concluídas, que são de baixa qualidade, ou que apresentam relações de corrupção em seus contratos.

Temos ainda um conflito cada vez mais aberto decorrente dos múltiplos usos da água, como abastecimento humano, irrigação, uso industrial e a geração de energia elétrica.

Saneamento básico para além da cidade

Segundo dados do IBGE de 2010, 29,9 milhões de pessoas residem em localidades rurais. Apenas 42% das moradias rurais dispõem de água canalizada; os outros 58% utilizam água sem nenhum tipo de tratamento. O esgoto sanitário atende somente 5,2% dos domicílios rurais e 28,3 possuem fossa séptica; 52,9% utilizam fossas rudimentares, valas, ou despejos do esgoto diretamente nos cursos d'água.

Apenas 33,2% das moradias rurais estão ligadas à rede de distribuição de água, 23,4% tem coleta de resíduos sólidos, enquanto 69,4% não contam com esse serviço.

A realidade rural contemporânea é fruto de sua história econômica, política e cultural, fundada na concentração da terra, da riqueza e dos recursos naturais, da escravidão, do extermínio de povos indígenas, da marginalização das

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

famílias e mulheres camponesas, numa caminhada marcada por fortes conflitos e lutas populares.

Na maioria das vezes, as medidas adotadas para o campo com base na visão do urbano têm levado ao insucesso. As características próprias da população rural, aliadas à ausência ou insuficiência de políticas públicas de saúde e saneamento básico, bem como a escassez de recursos aplicados nessas comunidades, têm agravado as carências nas áreas rurais do país.

Segundo o Plano Brasil sem Miséria, dos 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no Brasil, metade reside no meio rural, ou seja, 25% do total da população rural do Brasil. Muitas comunidades rurais consomem água contaminada com o manejo e a disposição final impróprios de resíduos sólidos e líquidos.

Um exemplo positivo é a construção de cisternas de captação de água da chuva no semiárido brasileiro, com o Programa um Milhão de Cisternas, buscando educar o povo a conviver com o semiárido.

Junto com as medidas adotadas para universalização do acesso à água é necessária a ampliação de acesso ao saneamento básico. O saneamento rural tenta promover salubridade ambiental, revertendo à degradação do meio ambiente, em especial o comprometimento de mananciais de água doce.

O saneamento rural deve ser implementado de forma articulada com outras políticas públicas, de modo a superar o déficit de moradias, a dificuldade de acesso a eletrificação rural e ao transporte coletivo.

Saneamento básico e água potável, uma relação vital

A água é o recurso mais abundante no planeta terra, porém apenas 0,007% está disponível para o consumo humano, sendo o restante de águas salgadas, geleiras e águas subterrâneas. O Brasil tem cerca de 12% da água doce do mundo, sendo que 70% está concentrada na região Norte.

Num futuro próximo, a água será um recurso mais raro, capaz de provocar disputas internacionais. A escassez de água gera alerta também no nosso país, que tem perda de água tratada de até 60%, e em média, registra 37% de perda na distribuição.

A água sofre naturalmente alterações de qualidade, mas os prejuízos mais importantes decorrem de ações humanas. O tratamento prévio de esgotos urbanos e industriais é fator fundamental para a conservação dos recursos hídricos. Alternativas que poderão ser utilizadas para o abastecimento no futuro, como a água de reuso e utilização da água de chuva.

Forte aliada para a conservação da água é a educação ambiental. A formação de uma nova consciência social, política e ecológica comprometida com preservação das gerações futuras é uma urgência da nossa geração.

A universalização do acesso à água potável e de uso doméstico é um direito a ser garantido. Cabe à população conscientizar-se sobre o uso e o reuso da água, às empresas adotar tecnologias capazes de reduzir a demanda de água e o despejo de resíduos nos rios e mares, e ao governo melhorar a legislação e garantir a sua aplicação cuidando da conservação dos reservatórios e de uma rede de distribuição eficiente.

Saneamento básico e produção Industrial

A geração e o controle de resíduos são diretamente relacionados à conservação, à proteção do meio ambiente e aos serviços de saneamento. Muitos resíduos continuam sendo despejados de maneira descontrolada no meio ambiente, sem nenhuma espécie de triagem, cuidado e tratamento intermediário, como produtos das indústrias e esgotos sanitários, remédios, elementos radioativos, poluentes químicos.

Produtos líquidos não tratados, quando lançados na natureza, podem comprometer gravemente a saúde pública. Igualmente resíduos gasosos industriais tem impacto negativo na atmosfera. A expansão do setor industrial brasileiro precisa ser acompanhada de medidas que garantam qualidade e segurança. Somente aliando avanço tecnológico com segurança ambiental é que o setor industrial poderá colaborar com desenvolvimento sustentável do país.

Saneamento básico e produção de lixo doméstico

Um dos aspectos do saneamento básico é o destino dos resíduos líquidos e sólidos produzidos pelas indústrias e pela população. A redução da produção de lixo é um dos primeiros objetivos da nossa contribuição ao saneamento básico, e implica em planejar as compras, usar sacolas retornáveis, evitar as embalagens descartáveis, comprar produtos não descartáveis.

A coleta seletiva do lixo pode ajudar significativamente no tratamento adequado dos resíduos e na reciclagem. O lixo pode ser coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou particular. A separação do lixo é feita depositando o resíduo em recipientes com identificação. Cada um deverá possuir uma cor diferente de identificação, conforme a Resolução nº 275, de 25/04/2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A ideia da reciclagem começou a ser cultivada quando foi constatada que algumas matérias-primas não renováveis já estavam se esgotando. No Brasil, muitas pessoas trabalham com a reciclagem em cooperativas de reciclagem e associações de catadores, que organizam um sistema de recuperação dos subprodutos recicláveis presentes no lixo, e também gerando inclusão intensiva desta mão de obra.

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

Saneamento básico e esgoto sanitário

No caminho para a universalização dos serviços de saneamento básico, o Brasil ainda está longe do ideal, especialmente no tratamento do esgoto. Em 2014, 300 mil pessoas se afastaram do trabalho por diarreias e perderam 900 mil dias de trabalho.

A distribuição do esgoto sanitário no Brasil é bastante irregular. O sistema de tratamento implementado geralmente elimina a matéria orgânica, mas deixa passar os microrganismos, que também pode gerar a contaminação subterrânea de aquíferos e lençóis freáticos.

As crianças são as mais atingidas pela falta de saneamento, especialmente entre 0 e 5 anos, sofrendo alergias respiratórias, nasais, intestinais e de pele. A universalização do acesso à coleta de esgoto e água tratada traria uma redução de 6,8% no atraso escolar.

Saneamento básico e regionalização

Há uma enorme diferença entre as regiões brasileiras, em todos os componentes do saneamento básico no Brasil. As cidades mais desenvolvidas do país apresentam números elevados de coleta e tratamento de esgoto, enquanto outras cidades não gozam do mesmo privilégio. São Paulo, Minas Gerais e Paraná são os estados que tem mais municípios bem atendidos: 18 entre as 20 melhores.

Há também uma desigualdade intraurbana, com ausência ou precariedade de serviços públicos de água, de esgotos e até de energia elétrica em bairros periféricos, favelas, vilas e ocupações. Privar grupos de pessoas de serviços básicos como esses, pelo simples fato de não serem proprietários legais de suas terras, constitui crime e agressão à humanidade.

Saneamento básico na legislação brasileira

A Constituição de 1988 contempla o saneamento básico em diversos de seus dispositivos. Seu artigo 21, inciso XX, estabelece como competência da União instituir diretrizes para o saneamento básico e, artigo 200, inciso IV, estabelece também como competência do Sistema único de Saúde (SUS) participar da formulação das ações de saneamento básico.

A Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) – Lei nº 11.455, de 05 de janeiro de 2007, propõe o controle social em quatro funções de gestão de serviços públicos de saneamento básico: planejamento, regulação, prestação e fiscalização. A lei prevê que cada município deve elaborar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em consonância com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). A lei exige também que os serviços de saneamento básico sejam regulados por uma Agência Reguladora, que deve fiscalizar os serviços prestados pelas empresas, e as tarifas pagas pelas populações.

O PMSB deve ser revisto a cada quatro anos. A vigência do PLANSAB é de 20 anos (2014-2033). A Lei existe, mas deve ser implementada. O passo fundamental nos municípios está na elaboração do instrumento de planejamento participativo.

Também temos a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e esclarece quais são os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos. Se essas duas leis forem aplicadas em sua integridade, certamente poderemos iniciar um caminho seguro para um Brasil menos poluidor e mais humano.

Como vimos saneamento básico não é um detalhe na vida de um país; é uma necessidade imperativa para que os seres tão amados por Deus possam ter a vida saudável e todos somos chamados a defender esse direito básico.

SEGUNDA PARTE (JULGAR)

1. “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”. (Am 5,24)

No ano de 2005, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, a Convenção de Igrejas Evangélicas da Suíça, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Conferência dos Bispos da Suíça assumiram um manifesto conjunto em favor da água como direito humano e bem público.

A Bíblia é uma revelação progressiva. Mesmo antes da revelação plena que veio através de Cristo, profetas já anunciavam aspectos importantes de caridade e da justiça. No conjunto da Escritura, a mensagem vai se encaminhando na direção dos valores do Reino de Deus, depois amplamente explicitados por Jesus. O bem comum desejado por Deus é o grande objetivo.

Os textos bíblicos tratam da relação das pessoas entre si, como tratar os outros de maneira fraterna; da relação com Deus, isso significa organizar a vida respeitando o bem que Deus quer para nós todos; da relação com a natureza, percebida com dom de Deus, a ser cuidada; e da relação com os bens materiais, que devem ser distribuídos de forma justa e utilizados para construir uma coletividade com mais igualdade, ao invés de serem utilizados para suprir a ganância de alguns.

A época do reinado de Jeroboão II foi de grandes avanços econômicos e de muita prosperidade para o rei, para

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

a nobreza e para os grandes proprietários. A religião oficial favorecia estes novos empreendimentos comerciais. Mas, surgem as desigualdades e a degradação do meio ambiente. As casas dos camponeses são espoliados pelo poder central, que lhes tira o sustento através dos dízimos e impostos.

Amós fundamenta sua pregação profética numa denúncia social aguda, chamando a atenção para um progresso econômico que não se traduzia em igualdade e justiça para todos. Sua denúncia aponta para uma situação de caos social, onde as relações afetivas estavam se rompendo e a fé em Deus estava sendo manipulada pela religião oficial (cf. Am 2,6-8). Amós afirma que a situação social do povo é importante para Deus e que o culto se torna vazio e mentiroso se as pessoas vão aos templos, oferecem sacrifícios para Deus, mas permitem que a injustiça degrade a vida dos pobres (cf. Am 5,21-25).

Isaías diz que quando houver de fato justiça, “o meu povo se estabelecerá em um remanso de paz” (Is 32,18). Oseias também afirma que Deus quer fraternidade, mais do que homenagens; Miquéias diz que Deus exige respeitar o direito e amar a fidelidade. Garantir direitos essenciais para a vida humana de todos e cuidar bem do planeta são partes fundamentais dessa justiça que os profetas proclamam como vontade de Deus (cf. Os 4,1-3).

Oseias faz uma estreita ligação entre a integridade da criação de Deus e as atividades socioeconômicas, e adverte que a corrupção e a violência da sociedade humana estão destruindo a ordem e a harmonia da criação de Deus. As ações humanas degradantes e violentas colocam em risco a integridade da casa comum.

Isaías proclama que a justiça e a fidelidade a Deus se revelam em desatar os laços provenientes da maldade, desamarrar as correias do jugo, dar liberdades aos curvados. A prática da justiça significa também repartir o pão com o faminto, acolher em casa os pobres sem teto, vestir quem está sem roupa, não recusar ajuda ao próximo (cf. Is. 58,6-8).

Os profetas deixam bem claro que a fidelidade a Deus tem tudo a ver com o cuidado que temos de ter uns com os outros e com os dons da natureza que Deus criou.

Saber cuidar do ambiente e das pessoas

A harmonia do ser humano com o meio ambiente aparece bastante na Bíblia como símbolo da vida gratificante que Deus planejou para nós; assim revela a descrição poética de como deveria ser o mundo, no jardim do Éden. Temos a tarefa de sermos jardineiros de um jardim que reflete a harmonia desejada de Deus. Essas passagens iniciais da Bíblia ressaltam a importância do cuidado humano pela integridade da criação.

Na nova Jerusalém do Apocalipse, temos de novo um símbolo que evoca a natureza como fonte da Vida: um rio de água vivificante, e também reaparece a árvore da vida, que dá fruto doze vezes por ano.

A água, limpa e potável, também aparece muito como símbolo da vida digna e presente de Deus, como a água que Moisés fez brotar no deserto. Jesus usa esse símbolo quando se anuncia à samaritana como “fonte de água viva”. A água e a natureza bem cuidadas são sinais de presença de Deus e apelos de fidelidade à missão que a humanidade recebeu do criador. Nesse espírito interpretamos o simbolismo da água nos ritos de purificação do Primeiro testamento e no Batismo. A água batismal significa a nossa purificação e a nova vida que Deus está nos oferecendo.

Ao longo de sua caminhada, o povo foi descobrindo e estabelecendo normas de higiene e limpeza para que a comunidade humana fosse um reflexo desta harmonia, com atitudes a serviço do projeto de Deus:

- a. *Organizar a comunidade* para que resolvam seus problemas (cf. Ex 18,13-27)
- b. *Manter a limpeza do acampamento* (Dt 23,13-14). A imagem bíblica do “inferno”, a Geena, lembrava o depósito de lixo da cidade de Jerusalém (Mc 8,48).
- c. *Cuidar e tratar da água* a ser consumida (Lv 11,36). Moisés purifica as águas amargas tornando-as potáveis (Ex 15,23-25), e Eliseu resolve o problema de abastecimento de água para a cidade de Jericó (cf. 2Rs 2,19-22). Foi sentido junto ao poço de Jacó que Jesus conversou com a samaritana sobre a água viva (Jo 4,1-26).
- d. *Saber comer alimentos bons*. No Jardim do Éden havia ervas que produzem sementes e árvores que dão frutos bons em abundância (Gn 1,11-12). Devemos aprender com Jesus e evitar todo desperdício de alimentos (Jo 6,12). Eliseu purifica comida contaminada, verdadeiro veneno na panela (cf. 2Rs 4,38-41),
- e. *Repartir com os pobres*. A lei preservava o direito dos pobres em recolher as sobras das colheitas (Dt 24,19-22)
- f. *Cuidar das árvores e bosques*. Respeitar as árvores frutíferas (cf. Lv 19,25), pois seus frutos servem de alimento e suas folhas de remédio (Ap 22,2).
- g. *Respeitar e remunerar bem o trabalho alheio*. O salário deve ser pago em dia, e no caso do pobre, no mesmo dia, antes que o sol se ponha para que possa se alimentar (Dt 24,14-15; Tg 5,1-6)
- h. *Saber descansar*. O dia sagrado do descanso deve ser observado (cf. Ex 20,8-11), inclusive a terra cultivada precisa de um sétimo ano de descanso (cf. Lv 25,2-7).

Saneamento básico e prática da justiça

Amós compara a prática da justiça com uma fonte que jorra água limpa e com um rio perene, que não seca. A justiça não pode interromper seu fluxo, não pode ser um regato que desaparece (Am 5,24). A justiça aponta para a nossa relação com Deus e com o nosso próximo, com o meio ambiente e conosco mesmos. O ser humano justo é aque-

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

le que acolhe esses relacionamentos e que zela por eles.

O profeta usa estas imagens como parábola, apontando a necessidade constante de direito e justiça como valores imprescindíveis para manter a harmonia e a felicidade na sociedade humana. A água sempre foi um bem muito precioso na Palestina. É por isso que os recursos hídricos são considerados fonte de vida e dádiva preciosa de Deus.

Como a água é um bem limitado, ela deve ser usada com muita responsabilidade. Viver com justiça na perspectiva da criação significa que todas as pessoas precisam ter acesso aos bens necessários para viver. É dessa visão que se origina a percepção dos direitos iguais para todas as pessoas aos bens da terra.

Em sua crítica social, o profeta denuncia a elite econômica e política de sua época por construir suas ricas mansões e viver num consumismo cheio de luxo à custa do meio ambiente e das famílias camponesas que estavam se tornando cada vez mais pobres. Os ricos construíam suas casas nas partes altas da cidade, e as chuvas levavam as sujeiras e detritos para as partes baixas, onde moravam os pobres.

Isso nos ajuda a refletir sobre a coleta de resíduos sólidos em nossas cidades e na maneira de tratarmos o lixo. Em muitas cidades o lixo e a sujeira geralmente se acumulam nos bairros pobres, enquanto os bairros nobres são beneficiados com o sistema público de saneamento básico. Amós condena severamente aqueles que vivem num luxo irresponsável, à custa do trabalho dos outros.

O bem-estar de todos os habitantes de um lugar deve ser o objetivo maior de todo o serviço público. Não se pode alcançar o bem-estar da comunidade se cada pessoa buscar apenas lucro fácil e rápido, desviando as coisas que são bem comum para seu proveito próprio. O sistema social como um todo sofre e como consequência, cada um de seus membros também sofre (cf. Os 4,1-3). Se cada pessoa ou comunidade, além de vigiar e controlar as ações das autoridades, também assumir a sua parte na responsabilidade em preservar e cuidar do meio ambiente, haverá melhores condições para o bem-estar coletivo.

As palavras dos profetas vem alertar as Igrejas para os males que afetam a vida das pessoas e da sociedade. Um dos papéis da religião é cuidar do bem-estar das pessoas. Amós alerta que não é suficiente investir em belas e vistosas celebrações, garantir rituais caríssimos. As Igrejas devem assumir também o papel de educadoras das pessoas e comunidades, tendo em vista o bem comum. Oseias acusa sacerdotes e profetas de não instruírem o povo no “conhecimento de Deus” Denunciava que eles não ensinavam as leis e os mandamentos de Deus, insistindo numa religiosidade de fachada.

O povo nem sempre se mantinha fiel às orientações dos mandamentos e rompia esse pacto de aliança com Deus. As consequências dessa ruptura foram a violência, as disputas por poder e destruição. Ainda hoje podemos dizer que Deus não se agrada das ricas e pomposas cerimônias quando elas desviam a atenção do povo.

Jesus de Nazaré, denunciando o ritualismo e a legislação que privilegiava os puros e marginalizava os impuros, proclama “felizes os que tem fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Diante de um discurso religioso que excluía os doentes, Jesus anuncia a graça e assume a posição clara de solidariedade com as pessoas discriminadas, criticando, dessa forma, tudo o que promovia a exclusão.

Aprofundando a mensagem dos antigos profetas, Jesus se revela como alguém que busca a verdadeira justiça e que sofre com as injustiças. Sabe acolher o sofrimento revelado pelos rostos dos marginalizados e responde aos seus anseios apontando caminhos para a superação da dor e do desprezo.

Seu conceito de justiça, para além de qualquer doutrina ou dogma, aponta para a solidariedade ao pequeno e humilde. É por isso que Jesus estava sempre ao lado das pessoas consideradas pecadoras. Um dos aspectos importantes da justiça que Deus quer ver entre nós é a solidariedade incondicional com os pobres.

Vivemos numa sociedade urbana organizada em torno dos princípios da economia de mercado. Este sistema, que privilegia o individualismo e o consumismo e que insiste em converter tudo, inclusive os bens primordiais da água e da terra, em mercadoria, torna-se um dos grandes adversários da proposta profética. Por isso, ele pode e deve ser criticado pela pregação analítica das igrejas.

Somos chamados e chamadas a refazer nossas relações sociais e ambientais seguindo a prática libertadora de Jesus de Nazaré, para superarmos todas as barreiras que nos dividem, cuidando do próximo por inteiro. Pelo Batismo, somos chamados a viver como uma grande família, onde as discriminações e preconceitos sejam superados. A vida plena, que Jesus veio nos oferecer deve estar à disposição de todos.

4. Ouvindo as diversas tradições

A questão das relações justas entre seres humanos entre si e para com o meio ambiente diz respeito não apenas às igrejas, mas a toda a humanidade. Os cristãos têm, a partir de suas tradições, uma grande contribuição a dar. Mas devem trabalhar unidos e também em parceria com os que, fora de sua fronteira religiosa, querem o bem da humanidade e a preservação saudável do planeta.

O Papa Francisco insiste que a igreja de Cristo deve ser pobre para os pobres. Na Encíclica *Laudato Si* ele diz que o amor cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo é também civil e político. O amor social é a chave para o desenvolvimento autêntico. (LS n. 232). Como nem todos são chamados para trabalhar de forma direta na política, podem se engajar em ações comunitárias. Na Exortação Apostólica *Evangelium Gaudium*, o Papa Francisco retoma o que ele mesmo chama de “expressivo e profético lamento” dos bispos católicos das Filipinas, que denuncia a destruição da criação divina.

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

Outro exemplo vem dos povos indígenas do Brasil. O pastor Frank Tiss, que trabalhou junto com os grupos do povo Kulina, no sul do estado dos Amazonas, relata que, como os cristãos, os kulina concordam que vale a pena dedicar-se ao que é eterno e que o nosso coração fica sempre perto daquilo que para nós tem mais valor. Para eles, bem viver significa viver em paz e harmonia com os familiares, com os demais membros da comunidade, com a aldeia e com todo o ambiente.

O Pastor Dietrich Bonhoeffer dizia que o desafio para todas as pessoas que creem em Jesus Cristo é o do empenho na oração e na prática da justiça. No Tibete, o 14º Dalai Lama já havia observado: “A compaixão e o amor não meros luxos. São fundamentais para a sobrevivência da nossa espécie”. No século XI a.C., Lao Tse, figura importante do Taoísmo afirmava que “aqueles que têm maior poder e riqueza tratam o planeta como algo a ser possuído, a ser usado e abusado, (...) mas o planeta é um organismo vivo e cada um de nós é uma parte desse organismo.”

As religiões de matriz africana nos ensinam que, no universo, tudo tem vida, tanto as coisas orgânicas quanto as inorgânicas. Ensinam ainda que tudo está ligado a tudo, formando uma só unidade. Cuidar de cada pessoa, da natureza e das manifestações de vida é também cuidar de si mesmo. Tudo é um só corpo alimentado por ar e água.

Estamos sabendo valorizar os dons de Deus, percebidos na riqueza dos recursos naturais e na preciosa vida de todos os irmãos, que o Criador nos deu? A fidelidade a Deus precisa se manifestar na preservação de tudo o que é necessário para que a grande família humana possa viver com dignidade e justiça em um ambiente bem cuidado. Não basta ter um bom discurso, o importante é entrar em ação, transformando o mundo do modo como Deus deseja.

TERCEIRA PARTE (AGIR)

1. Viver a Campanha da Fraternidade

As Campanhas da Fraternidade Ecumênicas fortalecem os espaços de convivência entre as diferentes Igrejas. O diálogo e o trabalho conjunto em favor do bem comum são testemunhos importantes que podemos oferecer para a sociedade.

O próprio processo de preparação da Campanha da Fraternidade Ecumênica é muito importante. O primeiro passo que precisamos dar é em direção aos nossos irmãos de fé. Conhecer quem são as pessoas da outra igreja, o que pensam, o que fazem e como testemunham a fé em Jesus Cristo. É um momento especial para fortalecer a amizade e fraternidade.

O que nos motivará para o encontro e ação conjunta é a preocupação com o cuidado com a Casa Comum, o lugar onde habitamos, em especial de atuarmos coletivamente em favor da elaboração, implementação e acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)

O cuidado com a Casa Comum exige uma mudança profunda na forma como nos relacionamos com os recursos naturais. As responsabilidades são coletivas, porém diferenciadas: o poder público tem a tarefa em realizar as obras de infraestrutura, implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico, garantir a limpeza do espaço público e fazer a coleta seletiva do lixo. Nós temos a responsabilidade, de cuidarmos do espaço onde moramos, de não jogar lixo na rua, de zelar pelos bens e espaços coletivos.

2. Vamos conhecer algumas atitudes que podemos assumir

2.1 - Conhecer a realidade: iniciativas individuais necessárias para que as mudanças aconteçam.

Em casa: como praticar o consumo responsável de água? O esgoto coletado é tratado? Denuncia vazamento de água? Apaga a luz ao sair de um cômodo? Desperdiça alimentos? Qual o destino do óleo de cozinha não reutilizável? Tem cuidado com o lixo que produz? Separa o lixo orgânico e o lixo reciclável

No bairro: há rede de água encanada, coleta regular de lixo, vazamentos constantes? Os vizinhos conversam sobre o saneamento básico e cobram providências? Há rede de esgoto? Como são tratados o lixo orgânico e o reciclável? Há coleta seletiva?

Na cidade: Como está a distribuição de água? A água é de qualidade? Há estações de tratamento de esgoto? Existem cooperativas populares de reciclagem? O tratamento, a distribuição da água, são privatizados ou terceirizados? Na construção de imóveis, o esgoto sanitário é levado em consideração?

2.2 - Participar

O saneamento básico não é um problema apenas para quem é técnico no assunto, por isso é fundamental dar total visibilidade a todas as questões que envolvem tal política. É importante que o tema do saneamento básico se torne prioridade nas ações dos estados e dos municípios, e nos engajemos em Conselhos e outros espaços de participação voltados para o debate e a reivindicação de políticas públicas orientadas para esse tema.

Temos que desenvolver a dimensão ética de nossa prática com relação à saúde, ao meio ambiente, ao saneamento e à forma como depositamos o lixo. O saneamento básico é um direito, que como outros, requer a união de esforços entre sociedade civil e poder público no planejamento e na prestação de serviços e de cuidados.

Essa questão envolve tanto ricos quanto pobres. Cabe aos ricos mudar o seu estilo de vida, sendo menos con-

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

sumistas, produzindo menos lixo; e cabe às pessoas com menor condição econômica e social, mudar os seus hábitos e reivindicar políticas públicas de saneamento básico.

2.3 – Educar para a Sustentabilidade

Embora educação para sustentabilidade signifique discutir os próprios pressupostos e consequências do desenvolvimento atual, há uma dimensão que implica em adotar práticas simples, como: ao tomar banho ou escovar os dentes, feche a torneira; apague as luzes nos cômodos vazios; separe o lixo; mantenha o quintal limpo; descarte pilhas, remédios, embalagens de agrotóxico e produtos eletrônicos de maneira adequada; acumule as roupas para usar melhor a máquina de lavar e use essa água para lavar o quintal; guarde a água da chuva, mas sempre cobrindo os reservatórios; não use a água potável para tarefas comuns, como lavar o carro ou “varrer” o quintal com a água da mangueira; conecte sua casa à rede de esgotos; converse sobre o tema da água e dos esgotos com amigos e vizinhos.

Junto a isso, é preciso programas educacionais nas escolas públicas e particulares. As crianças e jovens são tão protagonistas quanto os adultos para estabelecer uma nova relação com a Casa Comum.

Nossas Igrejas também são responsáveis, pois uma forma de viver o Evangelho é adotar práticas de cuidado com a criação, como evitar de imprimir papel, dispor lixeiras nos locais adequados, verificar se há vazamento de água.

3. Conhecer as estruturas legais existentes.

Há uma década foi criado o Ministério das Cidades, e nele, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Hoje temos mais recursos públicos para que os municípios implementem políticas de saneamento básico. A Lei nº 11.445/2007 é o marco legal que orienta essa política.

Para que a universalização desses serviços seja alcançada é necessário:

1. Concluir o ciclo de implementação da nova política pública de saneamento, e isso implica que cada município deve elaborar e implementar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico.
2. Exigir uma efetiva coordenação institucional da política de saneamento básico.
3. Garantir que a política de saneamento básico seja executada contemplando todos os aspectos do saneamento, ou seja: água, esgoto, lixo e drenagem das águas das chuvas.
4. Compreender que o saneamento básico tem a ver com justiça. Ele é fundamental para a prevenção de doenças, preservação dos rios e mares, e não pode estar condicionado apenas às condições financeiras dos beneficiários. Cabe ao poder público assumir os custos e garantir a prestação desses serviços.
5. O saneamento básico, universal e justo, exige a participação de toda a população, e por isso é necessário aprofundar os mecanismos de democracia participativa.

4. Saneamento básico e privatização

O governo federal disponibilizou recursos significativos que devem ser aplicados na universalização dos serviços de saneamento básico. Tais recursos despertam o interesse de grandes corporações, e o repasse dos serviços de saneamento básico a grupos financeiros privados pode gerar situações sociais bastante injustas. Isso porque os investidores privados seguem a lógica do retorno do capital investido.

Assim surge a pergunta: o que significa a universalização do saneamento básico? Aumento numérico desses serviços ou garantir um serviço de qualidade para toda a população? Garantir o acesso aos serviços de saneamento básico promovendo a desigualdade significa que o caminho escolhido é o da implementação de políticas públicas equivocadas e injustas.

Em outros casos, o serviço de saneamento é oferecido através de parcerias público-privadas, chamadas de PPP, onde os governos firmam contrato de prestação de obras ou serviços com empresas do setor privado. Avaliar esse tipo de parceria na prestação de serviço de saneamento básico é outro desafio.

Para avaliar os resultados dos serviços de saneamento básico desenvolvidos pelo setor privado, é necessário levar em conta aspectos como: acesso universal, integralidade, equidade, preço da tarifa, qualidade dos serviços e participação popular.

5. Ir além do urbano

O problema da ausência de serviços de saneamento básico não é apenas urbano. É também rural e atinge comunidades isoladas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas. As quais exigem, além do processo de educação para o saneamento, projetos que respondam adequadamente às suas necessidades. O desafio é aumentar o nível de participação das populações rurais e também o desenvolvimento de novos modelos de gestão. Para isso, a vontade e a decisão políticas tornam-se fundamentais, sendo importante que os poderes públicos dialoguem e ouçam os movimentos sociais e ecológicos que trabalham com populações.

6. Assumir responsabilidades com o espaço onde se habita

- Conscientizar as pessoas para a importância do uso adequado da água e da energia elétrica, do trato com o esgoto e descarte de lixo.

Casa comum, nossa responsabilidade

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

- Construir programas educacionais, formar, informar e conscientizar as crianças e jovens em relação aos problemas.
- Adotar a separação do lixo como prática doméstica;
- Lembrar que terrenos com lixo são focos de doenças.

7. Agir nos espaços urbanos condominiais

Os condomínios precisam estar atentos para:

- O manejo local dos resíduos produzidos;
- Organizar pequena estação de coleta e tratamento do esgoto;
- Garantir a separação dos resíduos recicláveis.

8. Reuso: Uma palavra mágica!

O reuso, principalmente da água, é uma prática mais do que necessária, em casos como: a água usada em processos industriais pode ser tratada e reutilizada no ciclo de produção; numa residência, a água de banho pode ser captada e usada para a descarga nos banheiros; a água da rede de esgoto, depois de tratada, por ser utilizada para regar jardins públicos, lavar calçadas e automóveis e para irrigar plantações.

9. Uso da água de chuva

Grande parte da água da chuva vai parar na rede de esgoto das cidades. Se a água da chuva for captada adequadamente, ela pode ser utilizada.

10. Canalizar as águas da chuva

Nos bairros populares, a água da chuva praticamente não é pensada como parte do saneamento básico. Torna-se urgente pensar em estruturas que garantam o reuso da água da chuva. Quando as águas da chuva se unem à ausência de coleta e afastamento do esgoto doméstico, o que temos é o aumento de doenças e deslizamento.

11. Construir uma nova lógica

A vida do planeta depende das novas práticas que adotarmos: não gerar lixo; reutilizar; reciclar; tratar resíduos; depósitos dos resíduos coletados sejam feitos em aterros sanitários.

Nossa responsabilidade de cristãos nos desafia a observar se: toda a ação e execução de projetos de saneamento básico estão sendo desenvolvidos pelos poderes públicos; os serviços de água, esgoto, coleta de lixo e drenagem são totalmente universalizados; há ações para que o Fórum Mundial da Água, em 2018, se torne um evento para ampliar a participação do capital privado e das privatizações; os pobres estão tendo acesso à água potável.

Cuidar da Casa Comum é responsabilidade de todos e somos desafiados a assumirmos esse compromisso de forma ecumênica. O cuidado com a criação é parte integrante da justiça, da solidariedade e da fraternidade que Deus quer ver entre nós. É também um jeito de louvar e agradecer a Deus.

12. O papel dos meios de comunicação

Os diferentes meios de comunicação podem ser parceiros para a construção de novas lógicas de relacionamento com o meio ambiente, e na mobilização em favor da ampliação dos serviços de saneamento básico e da mudança de comportamento e de hábitos. A realização e veiculação de campanhas educativas são instrumentos importantes na propagação de princípios de educação ambiental.

13. Um gesto concreto pessoal para a Quaresma

Temos uma proposta emocionante: cuidar da Casa Comum que Deus nos deu e fazer dela um lugar saudável, no qual a fraternidade e a justiça corram como rios de água viva. Durante a Quaresma realizamos o esforço de evitar o consumismo e o desperdício dos alimentos. Façamos um Dia de Jejum, doando para os mais pobres o que não consumimos nesse dia e economizamos na Quaresma.

Tudo o que fizermos precisa ser impulsionado pela graça de Deus, que ilumina nosso discernimento, fortalece nossa disposição, não nos deixa desistir do amor fraterno e fará nosso trabalho produzir frutos melhores e mais permanentes. Portanto, orando e celebrando, entreguemos a Deus o serviço que queremos prestar, para que Deus sempre nos inspire a caminhar a seu lado na preservação do bonito e saudável ambiente que nos ofereceu a criação.

*Resumo elaborado por Pe. Marcio Coelho
(Paróquia São Judas Tadeu - São Carlos-SP)*